

que assume e, *ipso facto*, se compromete tacitamente a não reivindicar direitos extraterritoriais, que lei alguma lhe pode conceder.

E', pois, fundamental a diferença entre o nosso conceito americano e a noção européia corrente. Transplantada para o nosso continente, esta noção seria a ruína da nossa existência política como democracia independente e autônoma.

DELGADO DE CARVALHO.

## PERNAMBUCO — TRAÇOS DE SUA GEOGRAFIA HUMANA

O autor é Mário Lacerda de Melo. O livro de 182 páginas, de grande formato. O assunto estudado em três lanços: *Configuração, situação e superfície; A paisagem prairieira e a paisagem da mata; e As cidades*. Apóia seus argumentos além de outros, em Pierre Deffontaines, Jean Brunhes, Gilberto Freire e Barbosa Lima Sobrinho.

A forma do território pernambucano alongada no sentido dos paralelos e estreita no sentido dos meridianos é o primeiro elemento que o autor cataloga para exame da geografia humana daquele Estado. De fato, a sua fisiogeografia é um fator de desintegração antropogeográfica, porquanto as comunicações e os transportes são difficílimos entre o sertão e o mar. Há municípios que teem os pulmões em Estados vizinhos, em virtude do tempo despendido em percorrer vias de comunicações difíceis, para ligar-se com os focos vitais de Pernambuco, enquanto áreas extensas do sertão ficam quase isoladas, afetando a economia do Estado e concorrendo para uma desintegração antropogeográfica.

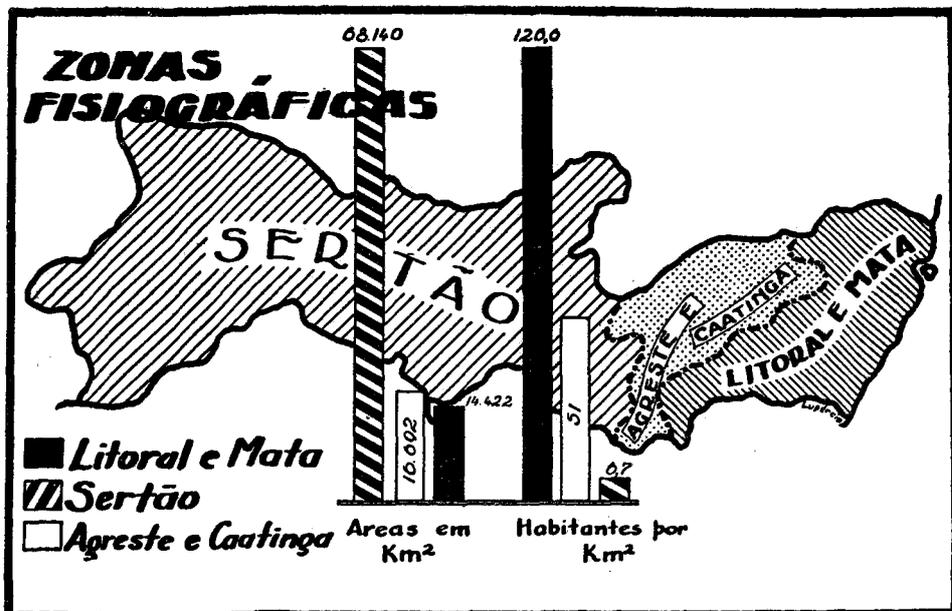
Afirma com Camille Vallaux — "L'espace pur n'est que du temps" — corrigindo o mal da distância com o emprêgo da ferrovia que dará fim ao banditismo e ao fanatismo, que melhorará o coeficiente econômico estadual e que, finalmente, influenciará de maneira decisiva na vida social dos seus habitantes, dando-lhes outra mentalidade e outros costumes que a pouco e pouco irão elevando seu "standart of living".

Pernambuco é um mosaico fisiográfico e biogeográfico.

Vê o autor três zonas no Estado: *Litoral e mata, agreste e caatinga e sertão*.

O litoral apertado preenhe de mangues e coqueiros se liga intimamente com a zona da mata que produz, só e absolutamente, cana — é o empório do açúcar nacional.

O agreste é uma faixa de transição, onde a mata vai querendo ser caatinga. O habitante desta zona intermediária — agreste e caatinga — "não é mono-



cultor como na zona canavieira nem tão pastoril quanto o sertão". O algodão é nela cultivado, pois prefere o clima de menores precipitações pluviométricas.

O sertão é a zona pastoril, com campos imensos nas chapadas, onde as águas fogem celeremente sob "um regime pluviométrico usurário". A sua fraca densidade demográfica leva os habitantes à pecuária, em detrimento da agricultura.

Jean Brunhes afirmou que "c'est dans les contrées pauvres en eau que l'on comprend l'imperieuse subordination de l'homme à l'eau". Porém o nosso sertanejo não conhece a técnica da irrigação e os poderes públicos ainda não puderam resolver satisfatoriamente o assunto.

Há uma flagrante desproporção no povoamento do espaço territorial do Estado. "A zona do litoral e mata conta uma densidade demográfica igual a 120,93 habitantes por Km<sup>2</sup>. No sertão a densidade demográfica é expressa por 6,49 hab./Km<sup>2</sup>. A área sertaneja é quase 19 vezes menos povoada que a da zona açucareira". E assim podemos dizer que a pujança do "Leão do Norte" que, em 1936, obteve o 3.º lugar nas arrecadações da União, é fruto quase exclusivo da zona dos canaviais.

O manguê, a areia e o coqueiro são os três elementos que compõem a paisagem litorânea. O autor depois de falar na inutilidade do primeiro, na beleza da segunda e do grande valor econômico do terceiro, passa a estudar a pesca e o jangadeiro.

Aquí há necessidade de um reparo. Ainda não tiramos do coqueiro aquilo que êle pode dar. Façamos o que os ingleses fizeram, com a borraça, na Índia. Plantação metódica, colheita técnica e utilização total do produto.

Quanto à pesca, a colônia que mais produziu em 1936, foi a Z 9, de Barreiros — 645.000 quilos. Há nela 90 embarcações e 1.250 pessoas que vivem da pesca. Quase meia tonelada de peixe por ano! E' irrisório. Precisamos organizar grandes empresas de pesca e fábricas de conservas de produtos do mar que pagamos caro ao estrangeiro.

Mostrou como os transportes marítimos influíram nas aglomerações urbanas, salientando o papel que os rios exerceram na formação dos núcleos de população.

"A poucos quilômetros do mar, a areia muda em massapê, o coqueiral em canavial. E' outra paisagem que começa".

Pintou o autor a ação destrutiva que a indústria do açúcar exerceu sobre o reino vegetal. Tõda a mata que dava nome à região foi depenada para haver espaço, largas e extensas áreas, para o cultivo da cana. Hoje pode-se ver apenas algumas árvores empenachando o cocuruto das elevações, ou em alguma canhada imprópria para plantação. O resto deu sua cama para o canavial tomar conta. Hodiernamente há a questão do combustível, de modo que o usineiro ao comprar a cana quer também a lenha necessária para convertê-la em açúcar. Há mister duma solução rápida porquanto, segundo um cálculo do Serviço Florestal de Pernambuco, as reservas florísticas que restavam no Estado não chegam para dez anos...

A indústria da cana entre acentuadas vantagens traz, também, inconvenientes que ainda não foram sanados. A calda suja, imprestável, das usinas é despejada nos rios, infectando suas águas e provocando grande mortandade de peixes. Há terras que ficaram desvalorizadas, apenas porque são banhadas por um rio transformado em esgôto duma usina que lhe fica a montante. Há um capítulo inteirinho destinado à usina e à produção do açúcar.

Toma a questão sob duplo aspecto: agrícola e industrial. E estuda a evolução do banguê, que extraí 50 a 70 quilos de açúcar de uma tonelada de cana, à usina que extrai, dessa mesma quantidade, 110 quilos. Mostra como os usineiros tiveram necessidade de comprar terras, dando fim ao senhor de engenho que via, com a sua derrocada, surgir o progresso nos trilhos das estradas de ferro que sulcavam todos os quadrantes da grande e nova propriedade, na qual havia perfeição de técnica, afastando a concorrência daqueles que teimassem em labutar por processos antiquados.

Tece o autor alguns conceitos acêrca da monocultura e fala no incremento que tomou a cultura da mandioca, após o decreto federal que obriga a adição da farinha panificável obtida daquele tubérculo ao trigo, caro e quasi que exclusivamente estrangeiro.

Termina a segunda parte do seu trabalho com uma notícia sobre a pecuária ainda incipiente e passa a falar das cidades.

O padre foi o principal plantador de centros urbanísticos. Tõda vez que uma igreja era erguida, para junto dela vinham chegando os crentes. Os ricos, que haviam doado a terra para fins religiosos, constroem casas nas proximidades.

Veem durante as festas eclesiásticas e depois mais a miúde; à medida que o núcleo urbano vai crescendo, mais vontade sentem as famílias que viviam isoladas no engenho, do convívio social. E os mercadores também, já surgiam. E com eles as feiras que vão dando nascimento às casas de negócio, permanentes. De início surge um depósito no qual o sertanejo guarda as sobras do que não pôde vender, para no fim transformá-lo em verdadeira casa comercial, quando o agricultor passa de produtor a comerciante, tendência geral do brasileiro que não ama o chão do qual tirara o sustento diuturno.

Após haver estudado as cidades e a economia açucareira, as cidades e os transportes, as cidades e os rios e a diferenciação dos aglomerados, passa a tratar de Recife que classifica como uma vitória flamenga.

O senhor Mário Lacerda de Melo escreveu um bom livro. Bem argumentado. Com uma seqüência lógica no cascatear dos assuntos. Escrito de maneira leve e agradável. Mostrou erudição e arte, sem cansar o leitor que muito aprende sem nada esforçar-se. Fez o Sr. Lacerda de Melo obra de mérito.

Cachoeira — Sul, 24-XI-1940.

Lima Figueirêdo.

## MAPAS MUNICIPAIS

J. C. Pedro Grande

Chefe da Secção da Carta ao Millionésimo

*Relatório do eng. J. C. Pedro Grande, chefe da Secção da Carta ao milionésimo*

Snr. Diretor,

Conforme comunicação anterior, terminei os trabalhos referentes ao exame dos relatórios dos mapas municipais e ao fichamento dos mesmos e tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, junto ao presente relatório, os quadros da respectiva apuração a saber :

- 1) Escalas
- 2) Processos de levantamento
- 3) Tamanhos (úteis)
- 4) Operadores (levantamento de...)
- 5) Autor
- 6) Canevá — Referência
- 7) Número de plantas (de cidades e vilas) — Natureza.

Analisando o quadro n.º 1, verificamos que, com 740 mapas ou 47,00% do número global, predomina a escala de 1:100.000; seguem-lhe a de 1:50.000 com 18,36% e a de 1:200.000 com 15,06%. Fora essas três escalas, empregadas em 80,42%, é pequena a participação das demais escalas, cuja amplitude vai desde 1:25.000 até 1:1.000.000. Verifica-se que, salvo 2 a 3 casos, a escolha da escala obedece às normas estabelecidas pela Resolução n.º 3, do Conselho Nacional de Geografia.

Quanto ao quadro n.º 2, elucidou-me o detido estudo dos relatórios — que por determinação do Conselho Nacional de Geografia deviam acompanhar os mapas municipais — que bastante diferenciados foram os processos de levantamentos empregados. A 1.ª coluna compreende os levantamentos *precisos*, abrangendo triangulação, planimetria e curvas hipsométricas. Formando com 182 mapas, quase a totalidade dos 191 dessa coluna, destaca-se a contribuição do Departamento Geográfico de Minas Gerais, que representa 63% dos mapas municipais do Estado. Na 2.ª coluna que abrange levantamentos *precisos*, com planimetria, tendo por base triangulação, mas sem apresentar curvas hipsométricas, sobressai com 148 mapas dos 166 da coluna, a contribuição do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, representando 55% do número de mapas municipais paulistas. São poucos os mapas reunidos sob a coluna n.º 3, com os mesmos requisitos de precisão dos da coluna n.º 2, apenas organizados por particulares. Nos levantamentos *mistos* (coluna n.º 4) predo-